

A EXCLUSÃO DIGITAL: O REFLEXO DA DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL

DIGITAL EXCLUSION: THE REFLECTION OF THE SOCIAL INEQUALITY IN BRAZIL

Márcia Gorett Ribeiro Grossi¹

José Wilson da Costa²

Ademir José dos Santos³

RESUMO: A inclusão digital consiste no processo de democratização do acesso às novas tecnologias digitais da informação e da comunicação, possibilitando a todos os cidadãos a se inserirem na sociedade informacional, a sociedade em rede de Castells (1999). No entanto, de acordo com Assumpção e Mori (2006) esta inclusão não significa apenas permiti-los se apropriarem dessa nova tecnologia, mas, sobretudo, melhorar suas condições de vida. Santos (2006) complementa afirmando que a inclusão digital é uma faceta particular das questões de inclusão social. No caso do Brasil que enfrenta vários problemas sociais e apresenta um alto índice de desigualdade, como pode ser observado pelo seu índice Gini, é grande a preocupação com a exclusão digital. Nesta perspectiva, buscou-se nesta pesquisa verificar as ações, que envolvem programas e projetos de inclusão digital que o governo brasileiro tem oferecido e, que promovem também a inclusão social. Para atingir este objetivo, no segundo semestre de 2012, foi realizada uma pesquisa descritiva, bibliográfica e de caráter exploratório. Verificou-se a existência de 22 ações governamentais de inclusão digital que tem contribuído com a inclusão social. Além dessas, outras estão em desenvolvimento, 94 já cadastradas no Observatório Nacional de Inclusão Digital e 108 cadastradas no Ministério da Ciência e Tecnologia. Os resultados revelaram que os projetos e programas de inclusão digital que existem hoje não são suficientes para reduzir a situação perversa da desigualdade social brasileira. E estes precisam ser transformados em políticas públicas consolidadas, como já observado por Spagnolo (2003) que destaca a importância das políticas pública por parte dos governos, principalmente nos países subdesenvolvidos, visando diminuir o fosso existente entre aqueles que têm acesso e os que não possuem acesso aos recursos da sociedade tecnológica.

PALAVRAS-CHAVE: Exclusão e inclusão digital. Desigualdade social. Tecnologias digitais de informação e comunicação. Coeficiente Gini.

¹ Doutora em Ciência da Informação; Professora do Departamento de Educação e do Mestrado em Educação Tecnológica no CEFET-MG. E-mail: marciagrossi@terra.com.br.

² Doutor em Ciência da Informação; Professor do Departamento de Computação no CEFET-MG e do Programa de Pós-Graduação em Educação na PUC-MINAS. E-mail: jwcosta01@gmail.com.

³ Mestre em Educação Tecnológica; Professor do Ensino Médio do Estado de Minas Gerais e do Ensino Fundamental da Prefeitura Municipal de Contagem. E-mail: santosademir@hotmail.com.

ABSTRACT: The digital inclusion consists in the process of democratization of access to new digital technologies of information and communication allowing all citizens insert into the informational society, the network society of Castells (1999). However, according to Assumption and Mori (2006) this inclusion not only means allow them to take ownership of this new technology, but improve their living conditions. Santos (2006) complements stating that digital inclusion is a particular facet of social inclusion issues. In the case of Brazil, which has several social problems and presents a high level of inequality, as can be seen by its Gini index, there is a great concern with the digital exclusion. In this perspective, the aim of this research was verify the actions, involving programs and projects, of the digital inclusion that the Brazilian government has offered, which also has promoted social inclusion. To achieve this objective was made a descriptive research, bibliography and of the exploratory character, conducted in the second half of 2012. In the research was verified the existence of 22 government actions of the digital inclusion that has contributed to social inclusion. In addition, others are in development, 94 are already registered in the National Observatory of Digital Inclusion and 108 are registered in the Ministry of Science and Technology. The results revealed that the projects and digital inclusion programs that exist today are not enough to reduce the perverse situation of Brazilian social inequality. And that these need to be transformed into consolidated public policies, as already observed by Spagnolo (2003) which highlights the importance of public policy by governments, especially in developing countries in order to reduce the gap between those who have access and those who do not have access to the resources of a technological society.

KEYWORDS: Digital divide and inclusion. Social inequality. Digital technologies of information and communication. Gini coefficient.

INTRODUÇÃO

Apesar do crescimento econômico que o Brasil vem apresentando nos últimos anos, ocupando o sexto maior Produto Interno Bruto (PIB) do planeta, enfrenta ainda vários problemas sociais e apresenta um alto índice de desigualdade, que é medido pelo coeficiente Gini, cuja escala varia entre zero (que significa o mínimo de desigualdade) a um (que significa o máximo de desigualdade). Segundo relatório, apresentado em 2012, sobre as cidades da América Latina, realizado pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), o Brasil é o quarto país mais desigual dentre os países da América Latina em distribuição de renda, ficando atrás somente de Guatemala, Honduras e Colômbia. No Quadro 1 encontram-se alguns indicadores brasileiros apresentados neste relatório.

Quadro 1: Indicadores brasileiros apresentados no Relatório ONU-Habitat de 2012

Indicadores	Situação brasileira
Saneamento básico	O Brasil é a 19ª nação da América Latina em atendimento de saneamento básico.
Água	Embora quase todo território urbano brasileiro esteja coberto por abastecimento de água encanada, ainda existem muitos problemas de fornecimento em favelas e em áreas na periferia das cidades, com freqüentes interrupções de fornecimento.
Favela	O Brasil é o 14º país da América Latina, com mais pessoas vivendo em favelas. 28% da população moram em comunidades com infraestrutura precária, sendo a grande maioria em situação informal.
Poluição	O Brasil é o 2º maior país poluidor da América Latina, responsável pela emissão de 23% de gases que provocam o efeito estufa na região, só perde para o México, que é responsável pela emissão de 30% dos gases poluidores na região.
Transporte	São Paulo é citada como uma das cidades brasileiras que mais sofrem com o trânsito. Os engarrafamentos na capital paulista ocasionam um custo adicional de operação de 15,8% para os transportes públicos, além disso, cada ocupante de um automóvel produz, em quantidade de horas, 11 vezes mais congestionamento do que o passageiro de um ônibus.
Violência	A violência e a delinquência são consideradas as principais preocupações dos cidadãos latino-americanos. A Taxa de Homicídios anual da Região é a mais elevada do mundo, com mais de 20 mortes por cada 100 mil habitantes.
Feminicídio	O Brasil é um dos países com a mais alta taxa de feminicídio, que indica todos os assassinatos de mulheres relacionados à violência de gênero, do mundo, ficando na 11ª colocação na América Latina.
Desemprego urbano	O Brasil ocupa o 11º lugar na América Latina.

Fonte: baseado em dados do Relatório do programa ONU-Habitat de 2012

Soma-se a estes indicadores o alto índice de analfabetismo no Brasil, que evidencia desigualdades sociais históricas marcadas pelo descaso governamental, que se observa pela descontinuidade das políticas públicas e a falta de um forte investimento na área da educação. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) o índice de analfabetismo no Brasil caiu 1,1 pontos percentuais em 2011 em relação a 2009. Em 2011, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 8,6%. Em 2009, a taxa era de 9,7%. Entretanto, a taxa de analfabetismo funcional foi estimada em 20,4%, apresentando um pequeno aumento em relação a 2009, quando o índice foi de 20,3%.

Para diminuir estes índices e melhorar a qualidade de vida da população, é necessário o ataque em diferentes frentes, principalmente o analfabetismo. Portanto, é fundamental o investimento na área da educação, por meio de políticas públicas que proporcionem aos cidadãos, não apenas o ingresso nas escolas, mas também a sua permanência.

A era atual, caracterizada pelas Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDICs), tem promovido transformações em diversos setores da sociedade, gerando uma recente realidade social marcada pelas novas formas de dominação, desigualdades e exclusões. De acordo com Castells (2003), nesta nova sociedade denominada sociedade em rede, usuários são os principais produtores da tecnologia, adaptando-a a seus usos e valores e acabando por transformá-la.

Portanto, na sociedade em rede, altamente tecnológica, surge uma nova desigualdade: a digital que de acordo com Santos (2006) no Brasil as causas da desigualdade digital são as mesmas que fazem do país um dos líderes no *ranking* mundial em termos de desigualdade social, concentração de renda e persistência do latifúndio, surgindo os excluídos digitais.

Como a desigualdade social favorece a exclusão digital e, esta por sua vez reforça a desigualdade social, é preciso uma nova postura e um novo olhar por parte do governo para diminuir o quadro perverso da desigualdade brasileira. É preciso se apropriar das TDICs, através de programas de inclusão digital que permitam ao cidadão perceber-se como parte deste mundo tecnológico. Neste sentido, Assumpção e Mori (2006, p. 10) afirmam que os programas de inclusão digital devem ser estabelecidos de forma que:

a tecnologia seja utilizada na melhoria da qualidade de vida das pessoas, e não no aprendizado da informática isoladamente. Algumas sugestões neste sentido são o uso da tecnologia para solução de problemas básicos: saúde, saneamento, meio ambiente; formação de redes cooperativas entre pessoas com o uso da tecnologia; produção e circulação de informações locais, como jornais e outros veículos de comunicação comunitários; registro e difusão da cultura local por meio das tecnologias, entre outros.

A inclusão digital torna-se fator predominante para o estabelecimento de uma nova cidadania que possibilite não apenas o aumento da empregabilidade, mas das condições para o desenvolvimento das comunidades e resolução de seus problemas, participação e autonomia crítica para mudanças nas práticas políticas, promovendo a inclusão social, como explica Assumpção e Mori (2006).

Diante de tais pressupostos, buscou-se nesta pesquisa verificar as ações que envolvem programas e projetos de inclusão digital que o governo brasileiro tem oferecido e que promovem não apenas a inclusão digital, mas também a inclusão social.

Para atingir este objetivo, no segundo semestre de 2012, foi realizada uma pesquisa descritiva, bibliográfica e de caráter exploratório.

DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Relação entre a renda de desigualdade, taxa de analfabetismo e ações governamentais

O Brasil é um país desigual e com alto índice de pobreza, como pode ser observado pelo coeficiente Gini que é um cálculo usado para medir a desigualdade social. Foi desenvolvido pelo estatístico italiano Corrado Gini em 1912. Este índice varia de zero a um, o zero significa o mínimo de desigualdade e o um é o máximo de desigualdade.

De acordo com o quadro 2, cujos dados foram levantados a partir de informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), pode se observar como a desigualdade vem se apresentando no Brasil nos últimos 20 anos.

Percebe-se que ao longo das duas últimas décadas o coeficiente Gini vem diminuindo lentamente, já são oito anos de queda contínua, de 2002 a 2010. Entretanto, mesmo com essas diminuições, em 2007 o relatório de Desenvolvimento Humano produzido pelo Programa das Nações Unidas (PNUD) colocou o Brasil entre o grupo dos doze países mais desiguais do mundo, com o índice Gini igual a 0,57 e em 2011 este índice diminuiu para 0,515.

Mas ainda a desigualdade brasileira continua sendo considerada uma das piores da América Latina, ficando distante dos países como Costa Rica, Argentina, Venezuela e Uruguai que possuem o Gini inferior a 0,49. E mesmo estando nas últimas colocações, o Brasil é mencionado na pesquisa realizada em 2011 pela *Oxford Committee for Famine Relief* - Comitê de Oxford de Combate à Fome (OXFAM), como um dos países onde o combate à pobreza foi mais eficaz nos últimos anos, mas ainda com muitos problemas a serem resolvidos, principalmente nas áreas social e educacional.

Prosseguindo a análise dos dados do quadro 2, observa-se que durante o primeiro mandato do Governo FHC, apesar da implantação do Plano Real e do controle da inflação, a desigualdade permaneceu praticamente intocada e só melhorando um pouco a partir do segundo mandato, ou seja, durante todo seu mandato (1995-2003) o coeficiente Gini ficou praticamente estagnado em 0,60. Uma justificativa para esta estagnação social deve-se ao fato do governo FHC ter sido marcado pela efetiva implantação da política neoliberal no Brasil, que

diminuiu os investimentos públicos em áreas fundamentais, como da saúde, educação e segurança social (GENTILI, 2006).

Foi no Governo Lula que o coeficiente Gini apresentou uma diminuição, embora o menor índice verificado neste governo (0,53) representa uma péssima distribuição de renda, longe de alcançar o índice dos países desenvolvidos (abaixo de 0,3).

A diminuição do Gini, a partir de 2003, foi consequência da implementação de programas sociais como:

- O Programa Bolsa Família (PBF): de acordo com o Ministério do desenvolvimento social e combate à fome, este programa de transferência direta de renda, criado em 2004, beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País integra o Plano Brasil Sem Miséria (BSM). Tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 70 mensais. O programa possui três eixos principais focados na transferência de renda, condicionalidades e ações e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti): criado em 1996, ainda no governo FHC, articula um conjunto de ações que tem por objetivo retirar crianças e adolescentes de até 16 anos de idade do trabalho infantil, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos. Este programa concede bolsas para que a criança ou adolescente frequente a escola, promovendo ainda atividades culturais, esportivas, artísticas e de lazer em período complementar. O Peti compõe o Sistema Único de Assistência Social e possui três eixos básicos: transferência direta de renda a famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho, serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças/adolescentes até 16 anos e acompanhamento familiar através do Centro de Referência de Assistência Social e Centro de Referência Especializado de Assistência Social .

- Luz para Todos: criado em 2003, teve como objetivo levar energia elétrica a 10 milhões de brasileiros residentes no meio rural até o ano de 2008 e assim universalizar o acesso à energia a todas as pessoas.

- Programa Brasil Alfabetizado (PBA): criado em 2003, voltado à alfabetização de jovens, adultos e idosos e à formação de alfabetizadores, tem como objetivo a universalização do acesso à educação. O programa atua integrado ao Brasil Sem Miséria levando apoio técnico para estabelecer e garantir continuidade nos estudos, sempre com foco na educação como maneira de combater as desigualdades socioeconômicas. Também faz parte da política de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

- ProUni: criado em 2004, o Programa Universidade para Todos tem o objetivo de permitir o acesso de jovens de baixa renda à educação superior, por meio da concessão de bolsas de estudo, integrais ou parciais. Os beneficiados são estudantes de cursos de graduação em instituições privadas de educação superior. As instituições precisam aderir ao programa e recebem em contrapartida, isenção de alguns tributos. Os critérios de seleção são os resultados dos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o perfil socioeconômico.

Outra ação implementada no Governo Lula foi o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que apresentou ações para diversas áreas dentro da educação, tais como: avaliação, valorização dos docentes, administração, ensino profissionalizante e superior, alfabetização de jovens e adultos e verbas e custos, sendo possível diminuir a taxa de analfabetismo entre as pessoas de 15 anos ou mais, caindo 1,8% no período deste governo, de acordo com dados do quadro 2.

Assim, pode-se notar que a educação brasileira tem apresentado melhorias, mas ainda precisa de mais incentivo para tornar-se satisfatória. Além disso, pode - se afirmar que existe uma forte relação entre a renda de desigualdade da população com a educação e as ações políticas de um governo.

Quadro 2: Relação Renda de desigualdade, taxa de analfabetismo e Governos

Anos	Governo	Renda de desigualdade Coeficiente Gini	Taxa de analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais) (%)
1990	José Sarney	0,61	20,1
1991	Fernando Collor	0,58	19,0
1992	Fernando Collor	0,58	17,2
1993	Itamar Franco	0,58	16,4
1994	Itamar Franco	0,58	16,8
1995	FHC	0,60	15,97
1996	FHC	0,60	14,7
1997	FHC	0,60	14,7
1998	FHC	0,60	13,8
1999	FHC	0,60	13,6
2000	FHC	0,60	13,4
2001	FHC	0,60	12,4
2002	FHC	0,59	11,8
2003	Lula	0,58	11,6
2004	Lula	0,57	11,5
2005	Lula	0,57	10,5
2006	Lula	0,56	10,5
2007	Lula	0,56	10,1
2008	Lula	0,55	10,0
2009	Lula	0,54	9,7
2010	Lula	0,53	9,6

Desta maneira, é fundamental os governos apresentarem soluções sob a forma de políticas públicas para diminuir esses níveis tão perversos de desigualdade que representam uma barreira ao crescimento econômico de um país. Uma vez que as políticas públicas sejam responsáveis pela estabilidade econômica, minimizando a pobreza e evitando a exclusão social, estando esta na sua essência, ligadas fortemente ao Estado, pois é este quem determina como os recursos são usados para o benefício de seus cidadãos (SOUZA, 2006).

EXPERIÊNCIAS DE INCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL

Para Spagnolo (2003), a exclusão digital é o termo utilizado para sintetizar todo um contexto que impede a maior parte das pessoas de participar dos benefícios das novas tecnologias de informação. Já a inclusão digital consiste no processo de democratização do acesso às novas tecnologias e melhores condições de vida a todos os cidadãos, possibilitando a estes se inserirem na sociedade informacional, a sociedade em rede de Castells (1999). Santos (2006, p. 15) completa que a:

inclusão digital é uma faceta particular das questões de inclusão social, não se podendo empreender a primeira na ausência da segunda. Por outro lado, a inclusão (digital ou social) é par da exclusão (idem), sendo a própria exclusão social uma manifestação particular das desigualdades sociais, sobretudo das desigualdades que se expressam sob o rótulo da pobreza.

A inclusão digital é um processo que envolve muito mais do que a simples oferta de equipamentos e *softwares*. Incluir digitalmente é permitir ao cidadão o desenvolvimento de “habilidades que vão de tarefas básicas, como escrever *e-mails* e reconhecer um *spam*, a atividades complexas, como pesquisar de maneira eficaz, acessar serviços e produzir um vídeo e transmitir via web” (ASSUMPÇÃO e MORI, 2006, p. 2). Assim, esses autores reforçam que

a inclusão digital deve ser tratada como política pública, de caráter universal, e como estratégia para construção e afirmação de novos direitos e consolidação de outros, pela facilitação de acesso a eles. A inclusão digital como política pública significa que ela seja assumida ativamente pela sociedade para proporcionar o acesso aos equipamentos, linguagens, tecnologias e habilidades necessárias para usufruir das tecnologias de informação e comunicação. Essas iniciativas podem ser desenvolvidas por indivíduos, empresas, governos, organizações não-governamentais, coletivos, movimentos sociais, grupos informais, mas principalmente de maneira co-participativa.

Nota-se que visando propiciar mudanças sociais e, por conseguinte, melhorar a vida das pessoas, as TDICs apresentam-se como um rico recurso tecnológico capaz de nortear políticas públicas para a democratização e universalização do conhecimento, bem como o acesso à cultura, contribuindo para a inclusão social. Neste aspecto, a inclusão digital tem que perpassar pela inclusão social. Incluir digitalmente significa antes de tudo, melhorar as condições de vida de uma determinada região ou comunidade com ajuda da tecnologia (REBÊLO, 2005).

Portanto, a inclusão digital ultrapassa os limites da simples instalação de laboratório de informática, da concessão do uso da internet e/ou permitir o aprendizado do uso de *softwares* e *hardwares*. “Somente colocar computadores nas mãos das pessoas ou vendê-los a um preço menor não é, definitivamente, inclusão digital. É preciso ensiná-las a utilizá-los em benefício próprio e coletivo” (REBÊLO, 2005, p. 2).

Grossi (2008) fortalece o que foi dito por Rebêlo (2005) ao afirmar que para promover a inclusão digital de forma segura, é necessário contar com uma equipe multidisciplinar de pesquisadores e fornecer condições essenciais para sua viabilização, tais como:

- disponibilizar o canal de telecomunicação de mais baixo custo;

- fornecer *hardware* de baixo custo a ser oferecido;
- incentivar o uso de *software* dentro da filosofia do *software* livre;
- proporcionar treinamento e suporte a ser oferecido ao usuário.

Warschauer (2005, p. 4) completa que:

a instalação de computadores nas escolas, por exemplo, é uma das alternativas que se mostraram mundialmente eficientes nos países em desenvolvimento – desde que sejam levados a sério, com instrutores, equipamentos funcionando e diretrizes claras. São essas as grandes dificuldades. Em geral, o pessoal envia os computadores, discursa, sai no jornal e pronto. Cada um que se vire. Com diretrizes sérias, o aluno não apenas aprende o que tem que aprender na sala de aula, mas também sai da escola com um ofício. A longo prazo, é notória a inclusão social que ações assim podem gerar.

Neste contexto, o governo brasileiro através de políticas públicas e de parcerias com instituições da sociedade civil, tem desenvolvido ações que envolvem programas e projetos de inclusões digitais, tanto nas zonas urbanas quanto nas zonas rurais. Para fazer este levantamento foram consultados os *sites* dos Ministérios da Educação, das Comunicações, da Ciência, Tecnologia e Inovação, do Planejamento, Orçamento e Gestão. Essas ações promovem não apenas a inclusão digital, mas também a inclusão social:

1. Casa Brasil: programa que visa implantar espaços multifuncionais em comunidades com baixo Índice de Desenvolvimento humano (IDH)ⁱ, incluindo telecentros e outros serviços com biblioteca popular, auditório, oficina de manutenção de equipamentos de informática, espaços para atividades comunitárias, bem como propiciar a inclusão bancária.

2. Centro de Difusão de Tecnologia e Conhecimento (CDTC): programa que visa à capacitação à distância de servidores públicos e cidadãos, usando *softwares livres*. Oferece mais de 270 cursos em diversas áreas das TDICs, além de videoconferências, TV e Rádio *online* e servidor de vídeo.

3. Centros de Inclusão Digital: programa de inclusão social a partir da inclusão digital que visa oferecer acessos as TDICs, capacitando os cidadãos para a prática da computação, para a qualificação profissional e melhoria do ensino.

4. Computador para todos: programa que visa oferecer à classe C a aquisição de *Hardwares* com *softwares* livres e acesso à internet através de financiamento subsidiado pelo Governo.

5. Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT): são unidades de ensino e profissionalização destinados à formação profissional e tecnológica da população, considerando-se o contexto social de cada comunidade e visando a transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos, além de prestar serviços especializados no campo das TDICs.

6. Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC): programa que visa promover o acesso à internet banda larga via satélite, às escolas, aos órgãos públicos, aos sindicatos, às igrejas, às organizações não governamentais e governamentais, às comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinha, tanto na zona rural quanto na urbana, atendendo, inclusive a outros programas federais de inclusão digital. Por meio do *site* <http://www.gesac.gov.br/> oferece os serviços de correio eletrônico e listas de discussão. Atualmente, através do Projeto Formação GESAC está promovendo a inclusão digital aliada à inclusão social, pois desenvolve educação técnica e habilidades às comunidades onde o projeto está inserido.

7. Kits Telecentros: programa que distribui equipamentos e mobiliários para as prefeituras que desejam montar telecentros para a inclusão digital e social, através de atividades usando as TDICs. É parte do programa de inclusão digital do Ministério das Comunicações e pretende atender todas as 5.565 prefeituras brasileiras.

8. Maré – Telecentros: telecentros criados em comunidades de pescadores e que recebem equipamentos com *softwares* livres e conexão de internet via o GESAC.

9. Observatório Nacional de Inclusão Digital (ONID): através do *site* <http://www.onid.org.br/portal/> reúne e disponibiliza informações e dados sobre os telecentros existentes no Brasil, além de notícias e materiais de referência para pesquisa sobre as TDICs.

10. Pontos de Cultura – Cultura Digital: apóia as iniciativas culturais locais e populares, os pontos de cultura consistem na implantação de equipamentos com *softwares* livres para que os agentes culturais possam produzir vídeos, áudios, fotografias multimídias digitais e intercambiá-las via conexão da internet.

11. Banda Larga nas escolas (PBLE): lançado no dia 04 de abril de 2008 pelo Governo Federal tem como objetivo conectar todas as escolas públicas urbanas à internet, rede mundial de computadores, por meio de tecnologias que propiciem qualidade, velocidade e serviços para incrementar o ensino público no País.

12. Computador portátil para professores: através de financiamento com condições diferenciadas e equipamentos a baixo custo, o programa prevê facilitar a aquisição de

computadores portáteis para professores da educação básica, superior e educação profissional das redes pública e privada, bastando apenas que a escola seja credenciada junto ao Ministério da Educação. Assim, estes professores poderão se aperfeiçoar e se capacitar usando as novas TDICs enquanto ferramentas pedagógicas.

13. Estação Digital: programa da Fundação do Banco do Brasil que visa melhorar as condições e qualidade de vida de estudantes, donas de casa, trabalhadores, populações tradicionais e cooperativas. As estações digitais são espaços para a construção do conhecimento e para a participação em sociedade como forma de ampliação de oportunidades de trabalho.

14. Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades – Telecentros BR: disponibiliza conexão à internet, computadores, bolsas de incentivos e formação de monitores de telecentros, que recebem cursos continuados.

15. Programa SERPRO de Inclusão Digital (PSID): tem como objetivo promover a inclusão digital e social das comunidades excluídas do acesso a TDICs. Implantado em 2003, funciona em sintonia com o Programa Brasileiro de Inclusão Digital do Governo Brasileiro.

16. Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo): desenvolvido pela Secretaria de Educação a Distância (SEED) do MEC, em parceria com os governos estaduais e municipais, através das secretarias de educação, funcionando de forma descentralizada e tem como objetivo introduzir o uso das TDICs nas escolas públicas, tendo os Núcleos de Tecnologia Educacionais (NTE's) como seu centro de execução, formação de multiplicadores e assessoramento pedagógico às escolas que receberam os laboratórios de informática.

17. Projeto Computadores para Inclusão: Este projeto oferece formação profissional as jovens de baixa renda através dos Centros de Recondicionamento de Computadores, onde se desenvolvem cursos que recondicionam equipamentos de informática que são doados por empresas públicas e privados. Estes equipamentos, depois de recondicionados, são doados para escolas, bibliotecas e telecentros.

18. Quiosque Cidadão: Programa que instala computadores com *softwares* livres educativos e conexão à internet banda larga em bibliotecas públicas, escolas e outros espaços públicos de comunidades carentes, quilombolas e indígenas.

19. Telecentros do Banco do Brasil: O programa doa computadores, que foram substituídos pelo Banco, para comunidades carentes, implantando os telecentros comunitários onde se desenvolvem a capacitação de monitores, cursos à distância, digitalização e impressão de

documentos. Promove treinamentos em informática, disponibilizando o acesso as TDICs, para que haja o desenvolvimento local.

20. Telecentros de Informação e Negócios (TIN): programa que visa à instalação de telecentros em associações empresariais, prefeituras, ONGs e organizações sem fins lucrativos articulando a doação de equipamentos e disponibilizando conteúdos voltados para o público que atende. Tem apoiado e atendido famílias do Programa Fome Zero. Atualmente apóia cerca de três mil entidades em todos os Estados brasileiros.

21. Territórios Digitais: projeto que leva as TDICs e a conexão internet para comunidades rurais, assegurando o acesso à informação, uma rede de troca de experiências para melhoria das condições de vida da população rural e aumento da produção. É desenvolvido em assentamentos, sindicatos e casas de famílias rurais, em escolas agrícolas e comunidades tradicionais.

22. Um Computador por Aluno (UCA): projeto que tem o objetivo de promover a inclusão digital através da distribuição de um computador portátil (*laptop*) para cada estudante e professor da educação básica de todas as escolas públicas. Além de computadores portáteis serão adquiridos outros equipamentos que permitam fazer a conexão à internet.

Além dessas experiências, outros programas estão sendo desenvolvidos no Brasil. No *site* do Observatório Nacional de Inclusão Digital (ONID) estão cadastrados 94 projetos e no *site* Inclusão Digital do Ministério da Ciência e Tecnologia encontra-se 108 projetos cadastrados. No entanto, todos os programas governamentais ou não, têm-se preocupado com a inclusão digital sob a ótica de que a inclusão digital só alcançará êxito se promover a inclusão social, pois a exclusão social acentua a exclusão digital.

O que se percebe é que os programas de inclusão digital enfrentam desafios e dificuldades, assim enumeradas conforme Assumpção e Mori (2006):

- garantia da formação e capacitação de multiplicadores da própria comunidade como forma de se permitir à reconstrução e multiplicação dos conhecimentos tecnológicos de acordo com as demandas locais;
- garantia de acesso à internet banda larga como forma de difusão dos conhecimentos produzidos localmente, acesso a serviços, trocas de experiências e realização de projetos compartilhados;
- criação de gestão participativa e democrática dos programas garantindo-se que os destinatários se sintam responsáveis pelos equipamentos, processos e atividades. Para isto, deve-

se pensar em atividades de inclusão digital de caráter universal atendendo as especificidades e particularidades da população, de maneira contextualizada.

Para que os programas de inclusão social tenham continuidade e se transformem em políticas públicas eficazes de inclusão, as tecnologias digitais da informação e da comunicação exigem que a educação reveja seu papel se adequando a essas novas tecnologias. Isto, porque, conforme afirma Ronsani (2004, p. 8) “podemos vislumbrar o alcance que a revolução da informática atinge em nossos dias quando percebemos a importância do conhecimento e da informação para o mundo dos negócios da educação e da cultura”.

Assim, enquanto direito do cidadão e dever do Estado, a inclusão digital contribuirá para a inclusão social à medida que:

- possibilitar a apropriação da tecnologia e o desenvolvimento das pessoas nos mais diferentes aspectos;
- estimular a geração de emprego e renda;
- promover a melhoria da qualidade de vida das famílias;
- proporcionar maior liberdade social;
- incentivar a construção e manutenção de uma sociedade ativa, culta e empreendedora (Portal da Cidadania Digital, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Grossi (2008), um dos princípios da sociedade da informação no Brasil é que todos devem ter o direito de acesso e compartilhamento de informações e conhecimento. Transmitir o conhecimento para todos é uma responsabilidade social e um compromisso para a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Além disso, como a sociedade passa por transformações de toda ordem, principalmente no sentido de interrelacionar economia, cultura e informação, como mecanismo de inclusão (CASTELLS, 1999), é necessário que as ações adotadas quanto à inclusão devam ser mais práticas do que teóricas, visto que quanto mais pobre é uma comunidade menos investimentos ela recebe em programas de inclusão digital, aumentando, portanto, os problemas sociais (MITCHELL, 2002).

As conseqüências da exclusão social acentuam a desigualdade tecnológica e o acesso ao conhecimento, aumentando o abismo entre ricos e pobres. Por isso Spagnolo (2003) destaca a importância de uma política pública por parte dos governos, principalmente nos países

subdesenvolvidos, visando diminuir o fosso existente entre aqueles que têm acesso e os que não possuem acesso aos recursos da sociedade tecnológica.

As TDICs necessitam ser apropriadas como mecanismos que permitam aos seus usuários melhorias de vida, transformação social, desenvolvimento econômico-cultural e formação de uma cidadania consciente, crítica e reflexiva. Assim, incluir digitalmente passa a ser incluir socialmente.

Portanto, além de proporcionar modernismo, lazer e fonte de pesquisa, as TDICs se apresentam como fonte de renda e de cidadania. Elas podem contribuir para resolver problemas de desemprego, misérias e desigualdades sociais. Por isso, a inclusão digital não deve se centrar apenas na distribuição e/ou venda de computadores a preços baixos. Ela tem que gerar inclusão social (WARSCHAUER, 2005).

Autores como Bencini e Minani (2006) e Bobbio (2000) acreditam que a educação pode quebrar o ciclo da pobreza, que a riqueza de um país depende, dentre outros fatores de sua produtividade, da capacitação de sua mão de obra, portanto, de pessoas instruídas, ou seja, o país precisa ter uma taxa de escolaridade alta, por isso a importância das políticas públicas educacionais.

A mobilização, articulação e ações desencadeadas por governos, escolas e professores, para a implementação das tecnologias na educação evidenciam que os processos de transformação das práticas pedagógicas não dependem apenas das potencialidades das TDIC. São fortemente dependentes de vontade e ação política, como afirma Bonilla (2005).

Nesta pesquisa verificou - se a existência de 22 ações, que envolvem projetos e programas governamentais de inclusão digital que têm contribuído com a inclusão social, além de outras que estão em desenvolvimento, sendo 94 já cadastradas no Observatório Nacional de Inclusão Digital e 108 no Ministério da Ciência e Tecnologia,

Estas ações de inclusão digital têm contribuído com a inclusão social, por meio desta inclusão as camadas mais carentes da população podem se beneficiar com TDICs para ter acesso e disseminar a informação e o conhecimento, além de ter acesso ao lazer, à cultura e melhores oportunidades no mercado de trabalho, mas o número de ações que existem atualmente não é suficiente para reduzir a situação perversa da desigualdade social brasileira. Além disso, é fundamental transformá-las em políticas públicas consolidadas, evitando a descontinuidade,

característica marcante, como por exemplo, da história da educação brasileira e, garantindo que o coeficiente Gini continue apresentando a queda que se mostra nos últimos anos.

Nota

ⁱ Fonte: http://www.suapesquisa.com/o_que_e/idh.htm. Acesso em: 05 nov. 2012

REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO, R.; MORI, C. Inclusão digital: discursos, práticas e um longo caminho a percorrer. 2006. Disponível em: <http://www.inclusaodigital.gov.br/noticia/inclusao-digital-discursos-praticas-e-um-longo-caminho-a-percorrer>. Acesso em: 20 set. 2012.

BENCINI, R.; MINAMI, T. O desafio da qualidade. *Revista Nova Escola*, n. 196, out. 2006. Disponível em: http://revistaescola.abril.com.br/edicoes/0196/aberto/mt_169932.shtml. Acesso em: 02 ago. 2012.

BOBBIO, N. *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BONILLA, M. H. S. *Escola aprendente: para além da sociedade da informação*. Rio de Janeiro: Quartet, 2005.

CASTELLS, M. *A galáxia da Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. *A sociedade em rede: a era da informação; economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GENTILI, P. Na América Latina o neoliberalismo mostrou de forma evidente as perversidades do seu projeto. *A Página da Educação*, n. 153, ano 15, fev. 2006. Entrevista conduzida por Ricardo Jorge Costa. Disponível em: <http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=153&doc=11340&mid=2>. Acesso em: 20 ago. 2012.

GESAC. *Projeto Formação Gesac*. Disponível em: <http://www.gesac.gov.br/acoes-de-inclusao-digital/projeto-formacao-gesac>. Acesso em: 05 nov. 2012.

GROSSI, M.G. R. *Estudo das características de software e implementação de um software livre para o sistema de gerenciamento de bibliotecas universitárias federais brasileiras*. 2008. 253f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, 2008.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. *Inclusão Digital - IBICT*. Disponível em: <http://inclusao.ibict.br/index.php/iniciativas-no-brasil>. Acesso em: 03 set. 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Programa Brasil Alfabetizado*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&id=12280&option=com_content. Acesso em: 05 nov. 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *ProUni*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=205&Itemid=298. Acesso em: 05 nov. 2012.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. *Programa Luz para Todos*. Disponível em: https://www.mme.gov.br/luzparatodos/Asp/o_programa.asp. Acesso em: 05 nov. 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Bolsa Família*. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em: 05 nov. 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti)*. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/peti>. Acesso em: 05 nov. 2012.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. *Observatório Nacional de Inclusão Digital - ONID*. Disponível em: <http://onid.org.br/portal/programas/>. Acesso em: 03 ago. 2012.

MITCHELL, W. J. *E-topia: a vida urbana, mas não como a conhecemos*. São Paulo: SENAC, 2002.

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS ASENTAMIENTOS HUMANOS - ONU HABITAT. *Estado de las Ciudades de América Latina y el Caribe 2012*. Ago. 2012. Disponível em: http://www.onuhabitat.org/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=816&Itemid=18. Acesso em: 10 jan. 2013.

REBÊLO, P. *Inclusão digital: o que é e a quem se destina*. Reportagem publicada em 12/05/2005. Disponível em: <http://webinsider.uol.com.br/2005/05/12/inclusao-digital-o-que-e-e-a-quem-se-destina/>. Acesso em: 08 out. 2011.

RONSANI, I. L. Informática na educação: uma análise do Proinfo. *Revista HISTEDBR On-line*. Campinas, n. 16, dez. 2004. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art8_16.pdf. Acesso em: 20 set. 2012.

SANTOS, S. E. *Desigualdade social e inclusão digital no Brasil*. 2006. 228f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. *Programa de inclusão sócio-digital do Estado da Bahia*. Disponível em: <http://www.cidadaniadigital.ba.gov.br/inclusaodigital.php?pgid=1>. Acesso em: 02 nov. 2012.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 8, n.16, p. 20-45, jun./dez. 2006.

SPAGNOLO, G. *Ações concretas de inclusão digital*. 2003. Disponível em: <http://www.softwarelivre.org/news/1438>. Acesso em: 17 out. 2012.

Recebido em março de 2013.

Aprovado em julho de 2013.